



Anais da Assembleia

Nº 18

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 1980

ANO VI

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA

ATA DA 16.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 1.980

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Lineu Turra e Domício Scaramella.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, para que seja colocado em regime de urgência, na Ordem do Dia, o Projeto de Lei n.º 02/80, que declara de utilidade pública o INSTITUTO PIO XII, com sede na Cidade de Londrina, e em tramitação nesta augusta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1.980.

(a) LÁZARO DUMONT.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O signatário abaixo, vem requerer, na forma regimental, após ouvido o Plenário, que seja inserido na ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do ilustre cidadão Dr. Elias Farhat, por ter sido o mesmo, um exemplo dignificante de pessoa humana, excelente pai e amigo constante, além de ter dedicado toda a sua existência em prol da causa pública paranaense, tendo sido, por longo tempo, Assessor, Técnico e sustentáculo da Administração Municipal de Campo Mourão e, ultimamente, antes de falecer, ocupava o honroso posto de Coordenador Substituto do INCRA, no Paraná depois de ter sido o Coordenador Titular, do mesmo órgão, onde prestou relevantes serviços a todos os paranaenses.

Requer, outrossim, que do presente seja dado conhecimento aos seus familiares, no seguinte endereço: Rua Benjamim Constant, 90 - apt. 81.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1.980.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, depois de ouvido o Plenário, que seja inserido na ata dos trabalhos desta sessão, votos de aplauso às Associações Nacional e Paranaense do Ministério Público, pela realização do Simpósio sobre Violência e Criminalidade, ocorrido nesta Capital, no dia 21 p.passado.

Requer, outrossim, que do presente seja dado ciência aos ilustres Presidentes das referidas Associações, bem como ao Excelentíssimo Senhor Procurador Geral da Justiça, Desembargador HENRIQUE CHENAU LENS CESAR.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1.980.

(a) JOSÉ TAVARES.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, no sentido de que autorize, com urgência, reparos na estrada que demanda a sede do Município de Porto Vitória, à sede do Município de Bituruna.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1.980.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

JUSTIFICATIVA:

O apelo que ora fazemos junto à Secretaria dos Transportes, objetivando o imediato reparo na referida rodovia, prende-se ao fato que, aquela estrada apresenta condições de tráfego das mais difíceis, não permitindo o trânsito normal para veículos de qualquer porte, ocasionando grandes prejuízos à população, pois aquela artéria atende a região da bacia leiteira de União da Vitória.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados que subscrevem o presente, preenchidas as formalidades regimentais e ouvido o douto Plenário, REQUE-REM seja enviado expediente urgente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General João Baptista Figueiredo, solicitando que Sua Excelência dê uma demonstração prática de seu desejo de mãos estendidas, enfatizando a necessidade do arquivamento e fins dos procedimentos jurídicos que culminaram no enquadramento de 07 (sete) estudantes do Estado de Santa Catarina, na Lei de Segurança Nacional, como únicos responsáveis pelo episódio final de um ato público, quando da visita da comitiva Presidencial à Capital catarinense e do que participaram milhares de brasileiros.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1.980.

(aa) RENATO BERNARDI e
NELTON FRIEDRICH.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribui-

ções, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à COPEL, solicitando a urgente implantação da rede de energia elétrica no Parque Residencial Morumbi II, em Foz do Iguaçu.

Requer, também, o envio de expediente, comunicando o teor do presente, aos Excelentíssimos Senhores Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1.980.

(a) NELTON FRIEDRICH.

JUSTIFICATIVA:

1) O Parque Residencial Morumbi II, em Foz do Iguaçu, possui uma população de aproximadamente 5.000 habitantes, sendo desprovido de toda e qualquer infra-estrutura, como: redes de água e esgoto, iluminação, asfalto, etc.

2) A falta de iluminação pública, naquele bairro, tem contribuído para aumentar, ainda mais, o alto índice de criminalidade em Foz do Iguaçu, pois semanalmente lá se registram inúmeros assaltos à mão armada, além de já terem acontecido diversos assassinatos, estupros, violentações, etc.

3) O presente requerimento, atende sugestão da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, bem como de um abaixo-assinado realizado pelos moradores daquele bairro e que conta com 579 assinaturas.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, usando de suas atribuições legais, submete à apreciação deste Plenário, e após ouvido o mesmo, solicita o envio de expediente ao Sr. Superintendente do INAMPS neste Estado, solicitando ao mesmo a devida autorização aos demais hospitais para dar atendimento de apoio aos beneficiários do FUNRURAL, quando os nosocômios credenciados oficialmente encontrarem-se impossibilitados por excesso de lotação, por falta de atendimento especializado e quando nestes casos, se tratar de atendimento de emergência e ou urgência.

É o que requer.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1.980.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

Tal requerimento prende-se a uma série de fatos ocorridos e que vem ocorrendo em hospitais credenciados a atender pelo FUNRURAL beneficiários, devido a lotação em excesso e ainda por falta de atendimento especializado, o que causa uma série de fatores e transtornos aos mesmos.

Somente desta forma, entendemos que o problema será sanado, evitando que o beneficiário nos casos acima citados tenha que se aventurar em busca de atendimento em hospitais credenciados em outros municípios, correndo inclusive o risco de vida, quando na verdade como beneficiário tem o direito de ser atendido e medicado, segundo assegura-lhe a lei previdenciária.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Interior, Dr. Renato Antônio Johnson da TELEPAR, Dr. Gilberto Geraldo Garvi, apelo no sentido de ser instalado Posto Telefônico em Porto Sant'Ana bem como monocal telefônico em Virmond, ambas as localidades no Município de Laranjeiras do Sul, atendendo justa e antiga aspiração dos habitantes desses importantes núcleos rurais.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1.980.

(a) LINEU TURRA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores ÂNGELO AMAURY STALIBE, Ministro da Agricultura, ERNANE GALVÊAS, Ministro da Fazenda; ANTÔNIO DELFIN NETO, Ministro do Planejamento; e BENEDITO FONSECA MOREIRA, Diretor Geral da CACEX, rogando a imediata retirada do imposto de exportação incidente sobre a soja, em decorrência de ser o mesmo altamente prejudicial ao homem do campo e, principalmente, à Nação.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1.980.

(a) LÁZARO DUMONT.

JUSTIFICATIVA:

Em dezembro de 1979 e janeiro de 1.980, as condições de preço da soja foram satisfatórias. Não obstante, as cooperativas paranaenses se depararam diante de um grande obstáculo, no tocante à comercialização externa: o imposto de exportação. Este, colocando os preços abaixo do próprio custo, está acarretando danos enormes para os cooperativados (anexo 1).

Por outro lado, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos prevê a oscilação da soja grão entre US\$ 210 a US\$ 239, por tonelada, para a safra atual. Na temporada anterior o valor médio esteve acima de US\$ 248 por tonelada.

Mais uma vez o produtor é o grande sacrificado, considerando, além do mais, que os aumentos de fertilizantes e defensivos chegaram a superar o índice inflacionário. Há também a considerar que os preços de maquinárias superaram o esperado (anexo II).

Conclusão: Enquanto os fatores de produção sofreram expressivos aumentos, o preço do produto decresceu.

Em assim sendo, caso não seja autorizada a imediata retirada do imposto de exportação incidente sobre a soja, os produtores e o País sofrerão sérios transtornos, isto em virtude do acúmulo de produção a ser comercializada em um período muito pequeno, gerando problemas de transporte, armazenagem no porto, embarque e, o que é mais grave, preços aviltados.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Regimento Interno, depois de submetido a Plenário, vem, mui respeitosamente REQUERER, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Doutor Jucundino Furtado, DD. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., solicitando a instalação de uma filial do referido Banco na Cidade de Vera Cruz do Oeste, que, recentemente, foi desmembrada do Município de Céu Azul, do qual era distrito.

Outrossim, justifica o pedido em questão, o fato de ser Vera Cruz do Oeste uma cidade altamente progressista, cujo inusitado desenvolvimento reclama um estabelecimento de crédito da expressão do Banco do Estado do Paraná.

O elevado número de estabelecimentos comerciais e industriais, a produção agrícola, que abrange uma gama variada, como sejam, soja, trigo, café, milho, arroz, feijão, algodão, ortelã e amendoim, e a suinocultura, avicultura e pecuária, em proporções muito significativas, e o singular aumento da população, atestam o seu desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1.980.

(a) EGON PUDELL.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, o envio de expedientes aos Excelentíssimos Senhores DOUTOR SOLANO FILARD, Diretor do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos "PNCSU", DOUTOR ANTÔNIO OTÁVIO DOS SANTOS, responsável pelo Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos "PNCSU" na Caixa Econômica Federal, no sentido de que sejam apressadas as liberações das verbas para execução e construção dos Centros Sociais Urbanos "CSU" aprovados para os Núcleos Habitacionais de Santa Efigênia, Osvaldo Cruz II, Parigot de Sousa, Euclides da Cunha e Moradas Belém, todos localizados nesta Capital.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1980.

a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

A demora na liberação das verbas para execução dos Projetos acima mencionados, por parte da Caixa Econômica Federal, tem colocado as Associações de Moradores daqueles Núcleos Habitacionais, em uma situação bastante delicada, haja visto que os respectivos Projetos já foram entregues e apresentados a todos os moradores daquelas Comunidades há vários meses, em reuniões que contou com elevado número de moradores. Estas entidades, estão à procura de melhores informações quanto à data em que deverão ser publicados os Editais de Licitação, e sempre sendo informadas que os referidos Editais serão publicados no próximo mês, sendo que a Associação de Moradores do Núcleo Habitacional de Santa Efigênia, procurou o setor responsável da Agência Centro da CEF, e nada consta com referência à liberação de verbas para execução dos referidos Centros Sociais Urbanos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os signatários deste, todos detentores do mandato popular de Deputados Estaduais, têm a honra de comunicar a Vossas Excelências, em atendimento do que determine o Art. 3.º, da Lei Federal n.º 6.767, de 20 de dezembro de 1979, que se constituem em BLOCO PARLAMENTAR, filiado ao PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PDS, ora em processo de organização e registro perante as autoridades competentes, indicando para liderar a bancada o Deputado Erondy Silvério.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1980.

a) ERONDY SILVÉRIO

Apoiamento: Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Palácios, Aguinaldo Pereira Lima, Augusto Carneiro, Ezequias Losso, Lázaro Dumont, Basílio Zanusso, Gabriel Manoel, Quielse Crisóstomo, Nelson Buffara, Egon Pudell, José Domingos Teixeira, Airton Cordeiro, David Cheriegate, Rosário Pitelli, Tércio Albuquerque, Werner Wanderer, Carlos Zanlorenzi, Francisco Escorsin, Nelton Friedrich, Leônidas Chaves, Jurandir Messias, Renato Bueno, Luiz Alberto Oliveira, Ruben Valduga, Adalberto Daros, João Mansur, Túlio Zanchet, Del Ciel, Pinto Dias, Gilberto Carvalho e David Federmann.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 21/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE JANDAIA DO SUL, com sede e foro na cidade de Jandaia do Sul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1980.

a) GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Conforme se infere da documentação que ora fazemos juntar ao presente plano de lei, a entidade em questão está em

condições de ser declarada de utilidade pública, visto que preenche todos os requisitos legais.

Na verdade, tem seu estatuto social devidamente registrado no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas competente, há mais de um ano.

Os membros de sua Diretoria não percebem qualquer tipo de renumeração.

Está em regular funcionamento há mais de um ano e presta relevantes serviços à coletividade, cuja finalidade é a proteção e assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde e bem-estar e as necessidades da criança e da gestante, especialmente.

Isto posto, apresentamos o presente projeto de lei à consideração de nossos nobres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e a final aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado José Tavares, primeiro orador inscrito.

O SR. JOSÉ TAVARES — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Neste fim de semana, as Associações Nacional e Paranaense do Ministério Público, reúnem-se em Curitiba, em um simpósio, pra discutirem as causas da violência e criminalidade hoje em nosso País. Desse encontro, pode-se dizer que algumas proposições foram proposições concretas, dentre as quais, eu citaria a instituição da prisão preventiva obrigatória, para os crimes com pena de reclusão, para os crimes de homicídio qualificado, para os crimes contra o patrimônio, para os crimes contra os costumes, desde que tenha sido praticado com violência.

Também uma outra proposição desse encontro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o repúdio que essas associações, o protesto dessas associações ao Esquadrão da Morte, que hoje vem imperando na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, e também na grande São Paulo.

Juristas, sociológicos, advogados, professores, políticos enfim, toda a sociedade brasileira hoje está preocupada com este problema que reputo um dos problemas mais sérios que a Nação brasileira enfrenta.

O índice de criminalidade é uma triste realidade hoje no Brasil. A violência, hoje generalizada, é uma triste realidade hoje no País e ela tem uma causa, a causa é praticamente social. Hoje existe um grande número de crimes, principalmente os crimes contra o patrimônio que são reflexos da situação econômico-financeira do País. É o reflexo do desemprego em massa, o reflexo do êxodo rural, é o reflexo também da política do BNH com a construção de casas populares, sem o menor planejamento, sem o menor cuidado de absorção desta população que, de uma hora para outra, busca os grandes centros.

Citaria aqui o exemplo de Londrina: uma cidade que foi mais ou menos planejada para que quando atingisse 40 anos de emancipação política, contasse com 100 mil habitantes, e hoje conta com 400 mil habitantes. Só para se ter uma idéia, nestes últimos três anos, Londrina recebeu uma população de 80 mil habitantes, reflexo das 16 mil casas populares que ali se construiu. Não sei, sinceramente, se essas casas populares são benéficas, hoje em dia, porque, como disse, elas atraem trabalhadores rurais, bóias-frias, homens sofridos sem nenhuma qualificação profissional, e eles vão em busca de um sonho, de um sonho direito que todos nós temos, que é o direito de ter uma casa própria. E de repente, as pequenas cidades se transformam em grandes cidades, sem a menor condição, sem o menor planejamento em todos os níveis da administração pública. E o que mais tem sido ressentido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o problema da violência, da criminalidade, é sem dúvida um dos problemas mais sérios que o País hoje atravessa, assaltos, crimes graves são perpetuados de dia e de noite, e o que é pior,

a nossa política judiciária não tem a menor condição material de por cobro a essa escalada criminal.

O problema não é só policial, Sr. Presidente, o problema é muito mais social, e é por isso que hoje voltamos à tribuna para apresentar um requerimento muito simples, propondo votos de aplausos ao Ministério Público brasileiro, em especial ao Ministério Público paranaense, por esta feliz iniciativa de não só fazer um simpósio discutindo o sexo dos anjos mas a apresentando soluções concretas, soluções práticas às autoridades encarregadas deste setor hoje no Brasil.

Por esta razão é que entendemos que deveríamos encaminhar este requerimento, cumprimentando o Ministério Público do Paraná, por esta iniciativa, por este encontro que passou, que não ficou apenas no campo dos discursos e das palestras acadêmicas, mas partiu para apresentação de soluções concretas como as que acabei de enumerar desta tribuna.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A greve, que por alguns dias da semana passada foi solucionada, deixou seqüelas, entre elas a possibilidade desta greve voltar a se realizar se as pretensões dos trabalhadores das docas santistas não fossem atendidas. Em Paranaguá houve, nos últimos dias da semana passada, um movimento inusitado, com a pretensão de que para Paranaguá viesse café do Norte do Estado do Paraná, e que seriam demandados para o porto santista. E com o congestionamento daquele porto, Paranaguá talvez viesse a se beneficiar.

Havia uma promessa de que cem mil sacas, a partir de hoje, segunda-feira, seriam enviadas àquele porto, Porto de Paranaguá, e que inicialmente a intenção, o destino seria o Porto de Santos, em função dos problemas que motivaram a paralisação do porto santista. Acreditamos, muito embora tivesse havido o acerto entre as classes patronais e os trabalhadores das docas santistas, não é extemporâneo, um pronunciamento que fazemos neste instante, alertando as autoridades federais, o Governo Federal e pedindo a mais alta compreensão do Governo do nosso Estado, para que providências sejam tomadas, no sentido de ativarmos o Porto de Paranaguá, com exportações de café. Porque naquele porto existem condições excelentes de serem exportadas 70 mil sacas por dia e armazenarmos 3 milhões de sacas nos armazéns que temos na nossa retaguarda.

As condições operacionais do nosso Porto, altamente sofisticadas, são as melhores.

Realmente se fizermos um paralelo entre o Porto de Paranaguá e o Porto de Santos, verificamos que temos condições vantajosas dos exportadores operarem no Porto de Paranaguá. É a oportunidade de se proclamar a transferência do café e dos navios do ainda congestionado Porto de Santos que levará de 30 a 40 dias para entrar na sua fase normativa.

E dessa forma contribuiremos para que problemas sociais em Paranaguá sejam minimizados. Atingiremos o ponto crucial do trabalhador de Paranaguá que anseia por melhores dias por trabalho, a fim de que os seus familiares não pereçam.

Antonina é o porto reservado para importação de toras e exportação de madeira e um comércio freqüente daquele porto de carvão. Antonina dentro do seu esquema e Paranaguá com a exportação de café é a meta do Paraná. Temos que fazer com que esses portos sejam ativados e deem melhores condições de vida ao trabalhador que opera nesses portos.

Santos está congestionado. A tendência, mesmo que as melhores perspectivas sejam, possam ser aguardados pelo Porto de Santos, ele não entrará na normalização antes de 40 dias, talvez dois meses.

Fazemos um apelo e iremos endereçar um expediente às autoridades governamentais, federais e ao Sr. Governador do Estado, para que se irmane conosco nesta pretensão e possamos ter melhores dias tanto em Paranaguá quanto em Antonina.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Fielcino Tolentino, terceiro orador inscrito.

Tendo declinado, concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Friedrich, quarto orador inscrito.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Liderança do partido, também com assentimento nosso, encaminhamos à Direção Executiva, à Mesa, um requerimento pedindo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República a intercessão em favor dos estudantes catarinenses.

A Lei de Segurança Nacional é prova clara e inegável da inexistência de uma verdadeira abertura democrática neste País. Os dispositivos nela contidos, além de draconianos e medievais, chocam-se abertamente com a tão propalada redemocratização do Brasil. E o povo brasileiro, o povo brasileiro como um todo repudia não só a existência de tal lei como a sua aplicabilidade que chega às raízes da revolta; especialmente quanto a enquadramento de sete jovens universitários do vizinho Estado de Santa Catarina, causado pelo comentado episódio envolvendo o Presidente Figueiredo em Florianópolis, aumenta ainda mais nossa rejeição às leis de exceção. Pois, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao contrário do que se procurou noticiar imediatamente após os acontecimentos, não foram grupelhos ou uma minoria radical os autores da ocorrência.

Na verdade, não foram grupelhos ou uma minoria radical os autores da ocorrência.

Na verdade o povo catarinense, do operário à dona de casa, do motorista de táxi ao estudante, todos os setores sociais estiveram presentes e que, espontaneamente, protestaram naquele episódio já tão comentado. Queriam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pretendiam as autoridades alegar que o Governo, na pessoa do Presidente, fora injuriado. Mas, eram milhares de pessoas participando daquela manifestação. Isto significa que era parte do povo brasileiro, era parte desse nosso povo que ofendido na qualidade de vida, nas dificuldades do dia a dia, nos salários aviltantes, na saúde deficiente, no ensino proibitivo, na democracia protelada, na liberdade atrofiada, este povo ofendido em tudo isto, reagiu à artificial alegria oficialista.

Ora, se a reação foi popular, Sr. Presidente, por que sete estudantes foram enquadrados na famigerada Lei de Segurança Nacional?

Acaso seriam menos bodes espiatórios que as forças de repressão usaram para escamotear o visível inconformismo de toda uma Nação?

Forças de repressão estas que buscam, através dos instrumentos de exceção, calar o grito da insatisfação popular?

É evidente, Sr. Presidente, que o objetivo social e que não admitem mais a repressão existente. Basta conferir, Sr. Presidente, que só foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional líderes universitários. São eles: Adolfo Luiz Dias, estudantes de Direito e Presidente do DCE de Santa Catarina; Lígia Giavanello, estudante de Medicina e Vice-Presidente do DCE; Marise Lipel, estudante de Bioquímica e também vice-Presidente do DCE; Geraldo Barbosa, estudante de Medicina e igualmente vice-Presidente do DCE; Amilton Alexandre, estudante de Administração e membro do Diretório Acadêmico de Ciências Sociais e Econômicas; Nilton Vasconcelos Júnior, membro do Diretório Acadêmico de Ciências Exatas e Biológicas, estudante de Medicina e Rosângela de Souza, estudante de direito e membro do Diretório Acadêmico de Ciências Sociais e Econômicas.

Evidente que as forças de repressão ao enquadrar estes sete jovens universitários, idealistas e participantes das questões nacionais e interesses de nossa comunidade, têm um cunho de dirigismo, de criar um medo de desencorajar aqueles brasileiros que ousam romper o cerco da ditadura e quebrar as armas do totalitarismo.

Concluo, Sr. Presidente, por esta razão estamos solicitando a esta Casa que antes que tudo permaneçamos refletindo o episódio de Florianópolis e que hoje, pela manhã, quando chegaram à nossa Capital irmãos nossos, sete estudantes do Estado de Santa Catarina, para responder junto à Auditoria Militar o enquadramento na Lei de Segurança Nacional, que é a mão forte, a mão difícil caracterizada da repressão, temos que solicitar a Sua Excelência, o Presidente da República, que dê demonstração prática, efetiva e clara de seu desejo de mão estendida, enfatizando a necessidade do arquivamento. Que haja um fim dos procedimentos jurídicos que terminaram com o dito enquadramento.

Ora, Sr. Presidente, como enquadrar sete estudantes de Santa Catarina como únicos responsáveis pelo episódio final de um ato público, quando da visita da comitiva presidencial àquela Casa?

Por isto solicitamos, Sr. Presidente, aos Deputados, que venham se aliar a esta demonstração, solicitando a Sua Excelência, o Presidente da República, que interceda em favor destes estudantes. Só assim ele estará demonstrando, na prática, que realmente quer a redemocratização, a democracia, a liberdade e dá razão à sua mão estendida em busca da pacificação nacional.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O orador que me antecedeu, cita um caso de estudantes que estão sendo denunciados pela Lei de Segurança Nacional. Eu trago um caso de policiais que não foram denunciados. E estes não simplesmente proferiram palavras ofensivas; estes mataram; estes fuzilaram; estes trucidaram um cidadão e a sua casa e a sua família, com mais de 100 tiros. Sr. Presidente, esta Casa chegou a constituir uma comissão provisória, em 1977, para apurar as arbitrariedades policiais, no caso Javorski, em Araucária, onde inclusive, Sr. Presidente, está vinculado este fato à pessoa do Prefeito de Araucária e possivelmente, do Delegado de Polícia, como mandante da chacina. Dois anos e meio se passaram e coisas estranhas começaram a acontecer com este fato. Porque se um cidadão morreu, morreu por tiros; tiros desferidos pela Polícia Militar, foram identificados os autores, como não haver denúncia, para num processo regular se estabelecer a justiça? Coisas estranhas começaram a acontecer em torno deste caso. Um caso divulgadíssimo pela imprensa do Paraná. E por incrível que pareça, até hoje foi empastelado este caso. E não há denúncia ainda em Juízo. O Ministério Público, inexplicavelmente, pediu por duas vezes o arquivamento do caso. Em que situações pediu o arquivamento do caso?

Vários policiais participaram da patrulha que se dirigiu à casa de Matias Javorski e que no intuito de prendê-lo, acabaram matando este ancião com mais de 70 anos de idade, sob a alegação de que ele resistira. Vários policiais desfecharam tiros. A autoridade encarregada do inquérito, solicitou da Polícia Militar, as armas de que estes policiais portavam, cujas armas foram identificadas porque cada policial que tem uma arma, da nossa Polícia Militar, assina uma carga. Identificaram-se tais armas. Quais as armas que desferiram os tiros? Faltavam apenas identificar os policiais que portavam estas armas porque através da prova de balística, na realidade se estabeleceria quem seriam os verdadeiros autores: os policiais que desfecharam os tiros e que acertaram na vítima.

Porque duas sobrinhas que estavam no interior da casa, falam, acusam e depuseram inclusive nesta Assembléia, dizendo de que os policiais mataram o cidadão, depois de entregarem dentro de sua casa, quando ele se preparava para se entregar. Não quero entrar no mérito disso, Sr. Presidente, o que eu quero é chamar a atenção da Casa para estes fatos estranhos. De não haver denúncia no processo. De o Ministério Público no Paraná estar se desmoralizando com este caso, porque nas duas ocasiões solicitadas, os Juizes de Direito não aceitaram os pedidos. E o processo hoje vai e volta pelo nosso Tribunal, dois anos e meio se passaram e não houve denúncia. E parece-me, Sr. Presidente, de que o parentesco de um dos possíveis réus desse processo; a influência política do outro que está correlacionado com isto; lamentavelmente me parece a comprometer o Ministério Público do Paraná. Comprometer alguns membros do Ministério Público. Por isso, Sr. Presidente, eu não posso ficar calado, que esta Casa acompanhe estes casos estranhos, porque da Comissão que se formou aqui, que se dirigiu ao local, que tirou fotografias do local, que ouviu pessoas. Os trabalhos dessa comissão foram arquivados, Sr. Presidente. E o que acontece com o arquivo nesta Casa, Sr. Presidente? Peço a Vossa Excelência providências nesse sentido. Sumiram os depoimentos. No arquivo desta Casa, estão apenas o requerimento que formou a comissão e o despacho que determinou o arquivo de seus documentos.

Peço a Vossa Excelência, encarecidamente: que esta Casa providencie e diligencie para que tais documentos apareçam, a fim de que seja resguardado o nome desta instituição. — (Sem revisão do orador).

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem). O

Deputado Nilso Sguarezi fez uma denúncia grave a respeito de um crime ocorrido no Município de Araucária há questão de dois anos.

Esta Assembléia, por iniciativa do então Deputado Maurício Fruet, requereu uma Comissão Parlamentar de Inquérito, aliás, uma Comissão Especial, para acompanhar as investigações que ocorreram naquela oportunidade.

Tive a honra, por delegação dos dois partidos, de ser eleito Presidente. Lá estivemos: os nobres Deputados Maurício Fruet, Lineu Turra, Augusto Carneiro e eu, para encaminhar os trabalhos. Por decurso de prazo, esta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa ao nobre Deputado, que a questão de ordem de Vossa Excelência não tem fundamento.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Apenas, Sr. Presidente, para esclarecer que esta Casa não está, nem a Presidência e nem a Comissão, agindo erradamente, como deixou transparecer o eminente Deputado Nilso Sguarezi, que conhece aonde estão os documentos, e sabe que os documentos estão com seu companheiro de Partido, Deputado Maurício Fruet, que, aliás, requereu o assunto por interesse pessoal e político.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao sexto orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Trago a esta Casa, no dia de hoje, um fato que a mim me parece da maior gravidade e que envolve a direção e a administração da Escola Agrícola Arlindo Ribeiro, de Guarapuava.

Já por diversas vezes, quando Secretário da Educação deste Estado, Dr. Borsari Neto, e, posteriormente, professor Eleutério Dalazem, tive oportunidade de levar ao conhecimento destas pessoas, de várias irregularidades que estavam sendo constatadas na administração e na direção da Escola Agrícola Arlindo Ribeiro.

E, hoje, Sr. Presidente, volto a esta tribuna, para tratar do mesmo assunto, já que não fui atendido na época, pelos Secretários citados.

E, hoje, Sr. Presidente, volto a esta tribuna, para tratar

do mesmo assunto, já que não fui atendido na época, pelos secretários citados.

Acontece, Sr. Presidente, que a diretora dessa escola é protegida do Deputado que, na época, detinha o chamado e tão decantado comando político da ARENA em meu município. Um Deputado fantasma, que nunca apareceu nesta Assembléia, para poder cumprir os compromissos assumidos com o seu povo.

E esta situação continua, hoje, com a mesma diretora também protegida, de outro Deputado fantasma, que se chama Leônidas Chaves, que é quem detém o comando político em Guarapuava.

Dois casos concretos são apresentados nesta denúncia, Sr. Presidente: dois alunos que concluíram o Curso na Escola Agrícola Arlindo Ribeiro, em Guarapuava, nos anos de 1975 e 1976, e tantos outros, até a presente data não receberam o seu certificado de conclusão do curso. As razões, devo confessar, eu desconheço, mas devem ser fruto das irregularidades que na época já denunciei e um deles, o cidadão Hamilton Delani, após concluir o curso na Escola Agrícola de Guarapuava, matriculou-se no curso de empresariado, em Ponta Grossa, e já concluiu o seu curso e está impedido de receber o seu diploma, porque até a presente data, a Escola Agrícola Arlindo Ribeiro, vem se negando em fornecer o certificado de conclusão deste curso a este cidadão.

Pergunto, Srs. Deputados, quais as razões daquela escola, que levam a esta negativa? Pergunta que queria encaminhar diretamente ao Deputado que detém o comando político daquela região, mas que infelizmente se transformou, mesmo como o seu colega anterior que o antecedeu, em "Deputado fantasma" nesta Casa, porque aqui não aparece e ao invés de vir cumprir com as suas obrigações parlamentares, fica em Guarapuava, preocupado e usando deste malfadado comando político, para proteger apadrinhados, para perseguir e transferir professores, para transferir delegados de polícia.

Fica aqui o meu apelo, Sr. Presidente.

O Sr. Jurandir Messias — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa lamenta, mas não vê o Regimento Interno ferido, para atender à questão de ordem de Vossa Excelência.

O SR. TRAJANO BASTOS — Então, Sr. Presidente, para concluir, é que lanço mão de um expediente, mais uma vez, para levar ao conhecimento do Sr. Secretário de Educação a situação de irregularidade em que se encontra a Escola Arlindo Ribeiro de Guarapuava.

Porque, Sr. Presidente, se formos esperar que o Deputado responsável por aquela região, tome para si a responsabilidade de solucionar este problema, este cidadão vai ficar eternamente à espera deste Certificado de Curso, porque infelizmente aquele Deputado não tem honrado esta Assembléia com a sua presença.

Então estou encaminhando à Mesa, um requerimento para que seja encaminhado ao Sr. Secretário de Educação, uma exposição dos fatos em irregularidades que vêm acontecendo na direção daquela Escola, e que não é de hoje, datam de 75 e de 76.

Espero que desta oportunidade e apelo também para a Liderança do Governo, para que na falta de seu representante na região, ocupe ele o seu lugar e leve pessoalmente ao Sr. Secretário, a situação caótica, irregular e a conduta irresponsável da direção daquela escola. — (Sem revisão do orador).

O SR. JURANDIR MESSIAS — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa lamenta, Deputado Jurandir Messias, mas não constatou nenhum ferimento ao Regimento Interno para atender a questão de ordem levantada por Vossa Excelência.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Senhor Deputado Ruben Valduga, sétimo orador inscrito.

O SR. RUBEN VALDUGA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna desta Casa, movido pelo mais alto sentido de justiça, para em nome da Comissão Permanente de Agricultura desta Casa, apresentar uma moção de apoio aos produtores de soja do Rio Grande do Sul, que acabam de escolher o dia 31 de março como dia do protesto contra a manutenção do imposto de exportação sobre o produto.

Eles se dispõem, com a força que estão acostumados nas lutas pela produtividade agrícola deste País, a paralisar toda atividade agrícola, de bloquear as estradas com suas máquinas se não forem atendidos pelo Governo em suas reivindicações que são as mais legítimas. Nós somos um País eminentemente agrícola, em cuja área já perdemos as melhores oportunidades de barganha no mercado externo. É chegado a hora e a vez de solvermos este problema que falam de perto da agonia que vive nossa economia agrícola.

Teremos que lutar por preços melhores e menos aviltamento de nossos produtos no mercado internacional. O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais dizia: a ele cabe a quem quer expressar aqui o apoio desta Comissão, pela coragem de abrir os debates congregando mais de 30 municípios produtores, movimento esse que se estende a todo o Estado do Rio Grande do Sul e já se faz sentir, no Estado do Paraná, os efeitos daquele debate, daquele trabalho, democrático e coordenado.

Essa transmutação de pensamento dos agricultores gaúchos, é um estado de espírito vigorante em seu Estado, pelo motivo do confisco da soja, provocado talvez porque em anos anteriores os sojicultores foram prejudicados pela política governamental, Srs. Deputados, apesar de sua importância estratégica para a economia nacional, o setor agrícola nem sempre ocupou o papel que merecia entre as prioridades governamentais de que tanto se fala no Brasil. Já tive a oportunidade de dizer que o confisco de exportação prejudica muito mais o nosso agricultor, do que quaisquer das intempéries que possamos assistir.

Esse imposto sobre a soja, é uma medida que deve ser sanada porque ela representa um câncer no organismo da produtividade agrícola. Ela entrava o desenvolvimento geoeconômico em toda imensa área produtora, proporcionando maior defasagem em nossos recursos e por isso deve ser eliminada.

Ontem o café com seu confisco criava uma tradição hoje difícil de elidir, difícil de expurgar, embora muitos Deputados, vários deles, em grande número até, têm se manifestado veementemente contra o confisco do café, hoje se inicia uma nova posição que é o confisco da soja.

Felizmente, o Brasil inteiro se levanta contra essa posição quero também fazer justiça aqui, ao Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, doutor Stephanes, que encaminhou relatório ao Presidente da República e aos Ministros da área agrícola-econômica, em que situa como ponte de estrangulamento da nossa economia, o confisco da soja, ou seja, o tributo da exportação. Existem certas dificuldades e que reside na fonte de recursos, para estimular o produtor descapitalizado por longo período e no qual só conseguiu sobreviver quem possuía outras fontes de renda, tornando maior o apoio e incentivos por parte do Governo. Sendo a agricultura prioritária, numa situação de escassez de recursos financeiros, é fundamental que encontremos formas de agilizar o seu desenvolvimento.

Não queremos que se repitam indulgências do passado. Queremos o aprimoramento da produtividade com justeza, uma adoção de filosofia de comando, partindo da evidência de quem possui suas forças para conduzir essa Nação aos caminhos da sua soberania econômica e social. Esse pronunciamento é da Comissão de Agricultura, firmado pelos Deputados Nelson Friedrich, Trajano Bastos, José Lázaro Dumont e Ruben Valduga.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PPRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No Grande

Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de trazer à tona assunto que me traz à tribuna no dia de hoje, gostaria de fazer um pequeno retrospecto. Lembro-me que quando ainda no Governo passado era Ministro da Agricultura o Dr. Allyson Paulinelli, durante o boato da criação do confisco da soja, que aliás foi criado e depois tiveram dois ou três aumentos, depois diminuíram e voltou a zero. Lembro-me que tivemos oportunidade de trazer o assunto aqui antes da criação e depois da criação.

Uma semana antes da criação do confisco, tive a oportunidade de participar de uma reunião na Federação da Agricultura do Paraná, na FAEP, exatamente para tratar de assuntos relacionados com o problema da agricultura do Paraná. Vejo o então Ministro da Agricultura, o Dr. Allyson Paulinelli, e naquela reunião, quando lhe foi perguntado sobre a veracidade ou não da criação do confisco da soja, lembro-me que o Ministro disse o seguinte: "Que os agricultores do Paraná e do Brasil poderiam estar tranquilos que nunca seria criado o confisco da soja e que, inclusive, com uma recomendação e um conselho, não ficar falando porque estaria lembrando o próprio Governo e poderia ser até prejudicial porque se criaria realmente o confisco.

Alguns dias depois, o mesmo Ministro da Agricultura e o então Presidente Ernesto Geisel, vieram a Paranaguá inaugurar um graneleiro da COTRIGUAÇU, se não me engano numa sexta-feira. E exatamente o mesmo Ministro da Agricultura tornou a afirmar naquele momento solene de criação daquele graneleiro em Paranaguá, de que não seria e de que nem se estava cogitando a criação do confisco da soja.

E para tristeza dos sojicultores, isso na sexta-feira; na segunda-feira os jornais do Brasil todinho estampavam as manchetes, criado pelo então Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, o confisco da soja. Hoje, nós estamos vivendo realmente dias de muita tristeza e de angústia.

Primeiro, porque lamentavelmente o agricultor, o lavrador brasileiro, ele se transformou em brinquete na mão daqueles que detêm o poder da política econômica brasileira. Transformou-se em como num brinquedo para uma criança, numa bicicleta, uma boneca ou coisa parecida, num brinquedo de divertimento. Porque se enganam, e se gozam em cima desta classe.

Pediu-se, convocou-se inclusive os artistas, até o Teixeirinha foi para a televisão pedindo para se plantar que não havia problema nenhum. Pode plantar à vontade que o Governo compra, se perder o Governo ainda paga.

O lavrador brasileiro, especialmente o do Paraná, mais uma vez, plantou à vontade, e mais uma vez está sendo servido para brincadeiras.

Primeiro, com uma onda que estão inventando que teremos uma super safra, como se seria realmente possível dentro de um sistema agrícola que temos no Brasil hoje, onde não há possibilidade de se ter uma super safra.

Mas para que e por que a criação de toda esta onda?

Exatamente porque está chegando a hora de se colher, de se vender e o produto vai lá embaixo. Há interesse daqueles que querem comprar o produto menor. Então estão dizendo que estamos vivendo uma super safra.

Nós teremos, realmente, e graças muito mais ao São Pedro que colaborou e ao esforço do lavrador do que outras fontes quaisquer, teremos uma boa safra de milho, soja e de outros produtos. Alcançaremos o número de toneladas de produção talvez record neste País, ultrapassando 50 milhões de toneladas.

Mas se analisarmos que só a soja produzida pelo povo americano é quase tanto quanto toda a produção nacional brasileira de grãos, veremos que estamos sendo usados. Primeiro, a dificuldade para se obter o preço mínimo para o trigo; quando no ano passado foi estipulado o trigo no dia 09 de fevereiro, este

ano deram o preço mínimo em março. Quando a própria Organização das Cooperativas do Paraná, num trabalho sério, honesto e dedicado dos seus técnicos, que evidentemente se gastou energia, tempo de serviço, dinheiro para se laborar um documento e mostrar a realidade do custo de uma produção.

Mas não é necessário. Porque os técnicos de gabinete, são eles que entendem de preço, não o que comercializa, aquele que produz, aquele que está à testa de uma cooperativa. Os que estão em Brasília, estes sim, é que entendem de preço.

Além disto tudo, a demora para se atender e para se criar este preço mínimo. Não precisa ser economista, como eu não sou, para se ter uma noção do que os insumos, os fertilizantes, adubos, tudo enfim que se usa na agricultura, de um ano para cá subiu mais de cem por cento, e em alguns casos mais de duzentos por cento.

O próprio óleo diesel, tão consumido na agricultura, nas nossas máquinas, era cinco cruzeiros, passou para doze e, dentro em breve, lamentavelmente, teremos um outro aumento.

O Sr. Valduga — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. LÁZARO DUMONT — Com todo o prazer, logo mais, Deputado Valduga.

Desta forma, o lavrador se entristeceu, porque correspondeu àquele pedido, àquele apelo para que plantasse. Plantou e está aí colhendo. Mas o preço do trigo, atrasado, veio, não aquilo que se esperava. Principalmente no financiamento de custeio.

Hoje, estamos vivendo e teremos realmente uma grande safra de milho no Paraná.

Aliás, gostaria de tornar público, aqui, e prestar uma homenagem, ao lavrador, principalmente da região Sudoeste do Paraná, onde, numa condição "sui generis", talvez até no mundo todo, vai colher, de uma vez só, duas colheitas de milho, onde, plantando um pouco mais cedo, dobrou o milho e outro milho agora, embonecando, já quase ao ponto de quebrar novamente na mesma terra, em cima da mesma plantação, duas colheitas numa demonstração de crédito de confiança de produzir realmente.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. LÁZARO DUMONT — Com muito prazer, daqui a pouco, somente para eu concluir o meu raciocínio.

O Paraná irá produzir este ano, cinco milhões e cem mil toneladas. Teremos um consumo interno de aproximadamente, três mil e oitocentos a quatro milhões de toneladas. Este excedente de 1.200, 1.300, 1.000 toneladas, que é o maior Estado produtor, o Paraná, deveremos exportar principalmente para o Estado vizinho, Santa Catarina ou Rio Grande do Sul.

A suinocultura, agora, deseja, para daqui a quatro, cinco ou seis meses, poder oferecer um produto mais barato para o consumidor, para que não se venha aí, em cima desse agricultor, da suinocultura, com estes boicotes e colocando o lavrador, o agricultor, como um bandido da economia, como se fosse ele o culpado de todo o sistema de alimentação deste País.

Mas, não podemos fazer um projeto de médio prazo para a suinocultura do Paraná, onde nós poderíamos, os suinocultores, ou o agricultor, financiar, agora, durante a safra, todo o volume de milho que ele irá necessitar para o final do ano, ou até a próxima safra, porque, infelizmente, o Banco do Brasil cortou o financiamento de custeio, cortou o financiamento de investimento para a suinocultura, e muitos bancos do sudoeste e oeste do Paraná, não estão financiando, ou, se financiam é somente a Cr\$ 185,00 a saca, 80% somente ainda, quando o preço, no mercado é de Cr\$ 250,00 a Cr\$ 260,00 em média, por saca. Então, o que se precisaria? Seria que o banco financiasse, com critérios, evidentemente, orientação da própria ACARPA, dos próprios agrônomos, da própria associação dos suinocultores, ou de produtores de aves deste Estado, para que eles pudessem estocar o milho, e durante, três, quatro, cinco, oito meses, produzissem a ave, o suíno, e colocassem no mercado

com um preço estável.

Mas, isso não vai acontecer porque ele não tem condições de fazer um estoque. Esse milho vai sair do Paraná, como saiu para Santa Catarina, para Minas Gerais, para São Paulo, e depois o suíco cultor vai buscar em São Paulo o milho que ele mesmo produziu, para dar aqui para o seu suíno, para a sua ave no Estado do Paraná, por um preço muito maior.

Depois vem a Comissão de Boicote, dizendo que este produtor é culpado pelo preço exorbitante da comida que chega à mesa do povo brasileiro. Quero falar também sobre o confisco da soja, propriamente dito, mas antes, com muito prazer, darei os apartes ao nobre Deputado Ruben Valduga e Fiori Luiz, que também solicitou.

O Sr. Ruben Valduga — Nobre Deputado, sempre habituado à defesa das lides agrícolas, meus cumprimentos pelo enfoque da matéria, tão oportuna, que, aliás, deve ser objeto de debates nesta hora em que todos os agricultores do Brasil, liderados por um movimento nascido no Rio Grande do Sul, se organizam para evitar que se consuma ou se institucionalize o confisco da soja. Mas, queria apenas lembrar ao nobre Deputado que o aumento havido no adubo, somente no adubo, os fertilizantes, não foi da ordem de 100%, foi de 270%. Quer dizer, isso tira toda a condição de uma lucratividade maior...

O SR. LÁZARO DUMONT — Muito obrigado. O Deputado Fiori Luiz, se não me engano, havia solicitado um aparte. Tem o aparte, o Deputado Deni.

O Sr. Deni Schwartz — Deputado Lázaro Dumont, Vossa Excelência está preocupado com o confisco da soja, preocupação que já foi externada nesta Casa por outros Deputados e tem toda a razão.

Agora, acontece que os nossos gritos, os nossos berros não vão resolver nada. Já não estão resolvendo há mais de três anos e mais precisamente, há mais de dezesseis anos neste Brasil a voz do povo não é ouvida.

Me preocupo, Deputado Lázaro Dumont, com outro problema e que Vossa Excelência abordou rapidamente. Preocupação é com o confisco, não mais do trigo, não mais da soja, mas sim, com o confisco do agricultor. Estão confiscando o próprio agricultor, porque este Governo corrupto e irresponsável que aí está, e mentiroso, como disse Vossa Excelência, que mandou plantar, que o João garantiria, este Governo corrupto está criando um problema social para o Paraná, pior que a Itaipu.

Vossa Excelência se referiu ao trigo. Esse Governo corrupto, depois de mancomunar com as multinacionais, depois de permitir que as cooperativas comprassem os insumos pelos preços que as multinacionais impuseram e que o nobre Deputado Valduga levantou agora, de duzentos e pouco por cento. Depois de as cooperativas estarem com a de Dois Vizinhos, com 21 milhões de insumos para o plantio do trigo, esse Governo corrupto, esse Governo mentiroso, esse Governo o que fez? Esperou que os agricultores comprassem as máquinas, comprassem as terras, estocassem as suas terras no binômio soja-trigo. O Governo esperou que as cooperativas e os particulares construíssem seus armazéns, muitos deles que estão sendo pagos na base do dólar — o mesmo dólar que o Governo aproveitou a desvalorização do cruzeiro, para locupletar alguns brasileiros, alguns de seus apaniguados, alguns de seus asseclas.

Esse mesmo Governo que incentivou a construção de silos e armazéns pelas cooperativas. Esse mesmo Governo agora, à última hora, simples e puramente proíbe que no Paraná se plante trigo, porque, Senhor Deputado, estou vindo hoje do sudoeste e sabe quanto o Banco do Brasil não teve a vergonha de oferecer ao agricultor, como custeio? Cr\$ 4.800,00, quando é Vossa Excelência mesmo que prova por documentos, que um hectare, precisa Cr\$ 12.000,00 para plantar.

Ninguém mais vai plantar trigo no sudoeste, mas os 21 milhões de insumos que estão na Cooperativa de Dois Vizinhos, para o trigo, e as sementes que todas as cooperativas compra-

ram? E os tratores cujas prestações estão vencendo? E as terras que estão destocadas? Esse Governo é corrupto e é mentiroso, e é por isso que faço um apelo a Vossa Excelência dessa tribuna: largue esse barco furado de PDS, largue esse Governo corrupto e passe para a Oposição. Lá nós queremos ver Vossa Excelência que é Presidente de uma Federação de Trabalhadores, queremos ver o Presidente da Federação de Agricultura do Paraná, para vermos se obrigamos inclusive os nossos Governantes a defender os interesses deste Estado, que não estão sendo defendidos, porque o nosso colono está sendo roubado, o nosso colono está sendo espoliado em benefício de meia dúzia de homens mentirosos, de homens corruptos que Vossa Excelência bem os aponta.

Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me concede um aparte? — (Assentimento).

Deputado, corrupção em Governo, falar em corrupção no Governo Ney Braga, representa Figueiredo aqui no Paraná. Isto é uma barbaridade. É uma aberração. Nós, por exemplo, como homens obedientes do PDS não temos terras tituladas em nosso nome, quando éramos ou quando fomos autoridades em qualquer momento, em qualquer circunstância do GTC, ITC. Afinal de contas, — e corrupção, Srs. Deputados; quando se chama o Governo de corrupto, o Governo que dá Juscelino Kubistchek um lugar de um mausoléu, um governo que reconhece as forças vivas do País, não pode ser chamado de corrupto. E chamam o Governo de corrupto, os homens irresponsáveis. Os homens que não querem outra coisa a não ser fazer demagogia. Verifique Vossa Excelência se na bancada do PDS existe alguém que titulou terras em seu próprio nome. Veja, Sr. Deputado Lázaro Dumont, se nós do PDS, os homens que somos achacados, que somos menosprezados e tripudiados. Veja o nosso passado, o nosso presente e o nosso futuro. Se alguém de nossa bancada teve a ousadia de titular terras em seu próprio nome, para vir aqui chamar os Governos honestos de corruptos. Não vamos tolerar isto. Sabemos que Vossa Excelência pertence a nossa bancada e no momento de defender a nossa honra, defendemos com nosso próprio sangue, quando falam do ilustre Presidente Figueiredo, do ilustre Governador Ney Braga, nos chamando de corruptos, nos chamando de cordeiros. Nós deixamos como um livro aberto o nosso passado para ver se nós tivemos a ousadia de titular terras quando tivemos a oportunidade. E agora, diz o ditado e o adágio popular: "Quem tem telhado de vidro, não joga pedra no do vizinho". E pedimos, um cotejo agora, neste momento, para Vossa Excelência e para a Presidência da Casa...

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Presidência quer fazer um apelo aos nobres Srs. Deputados, para efeito de não ser ferido o Regimento Interno, que...

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, não estamos ferindo, estamos apenas com um aparte. Que se faça um retrospecto...

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa faz um apelo aos nobres Deputados que no calor dos seus pronunciamentos, não venham ferir o Regimento Interno. Cada Deputado tem o direito de externar o seu pensamento. Mas a Mesa faz um apelo aos Srs. Deputados, que usem uma linguagem que não venha ferir o Regimento Interno, de ofensas pessoais ou de ofensa aos partidos políticos formados.

Tem a palavra o nobre Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Eu gostaria antes de conceder o aparte ao Deputado que pediu...

O Sr. Gabriel Manoel — Quero complementar, se for possível, Deputado.

Se Vossa Excelência quiser me cercar então será outra coisa. Apenas quero complementar o meu aparte. Porque, a corrupção é um fato genérico; é um fato de ponto de vista e de

prisma de olhar. Quando temos companheiros, elementos que se titularam com terras devolutas, talvez dentro da norma, do complexo normativo que vieram se beneficiar e neste momento não eram corruptos, agora, o PDS é corrupto, porque está lutando pelo bem-estar de sua gente. Agora eu só diria a Vossa Excelência, a esta Casa e ao Paraná, que não chame de corrupto um homem como Figueiredo, que quer acertar, e que se prove, dos Deputados aqui presentes, quem titulou terras em seu nome. Muito obrigado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Antes de conceder o aparte, gostaria de fazer um registro aqui, agora. E por ordem de solicitação do aparte está o Deputado Fiori Luiz, o Deputado Jurandir Messias e depois o Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Mas antes, gostaria, Sr. Presidente, já que tenho este direito, de dizer o seguinte ao Deputado Deni Schwartz.

Deputado Deni Schwartz, eu não confundo corrupção com incapacidade. Eu acho, no meu entendimento, que nós temos algumas pessoas em determinados órgãos do Governo — e é por isso que eu estou aqui, fazendo esta crítica, que eu considero incapaz de ter o cargo que têm, e é por isso, que nós estamos atravessando crises e mais crises.

Por outro lado, eu não considero o PDS de maneira nenhuma, nobre Deputado, assim como não considero o PP, não considero o PTB, não considero o PMDB nenhum partido "barco furado". Tive um direito de opção e optei pelo PDS que me dá as mesmas condições do que qualquer outro partido, para que eu possa trazer os problemas e estar aqui, e nada me impede como não me impediu na ARENA de trazer, de sempre lutar aqui em favor da agricultura, em defesa do homem do campo, representando aquilo que eu tenho como meus ideais. O dia que o PDS chegar para mim, ou seja, qualquer partido e disser: "Olha você não pode mais falar o que você fala". Aí, eu deixarei o partido. Mas o partido não me impede de maneira nenhuma, e dá-me esta oportunidade de estar aqui, e na primeira reunião do PDS, em que com muita honra faço parte da comissão organizadora, tem duas pessoas aqui, o Deputado Presidente e o Deputado Luiz Alberto que fazem parte da comissão organizadora.

Levantei esses mesmos problemas que estou trazendo aqui e disse que o nosso partido também deveria tomar a bandeira das reivindicações, tomar a bandeira de se criticar a hora que deveria se fazer a crítica. Não é proibido se elogiar, como também não é proibido se criticar.

Então, nobre Deputado Deni Schwartz, de maneira nenhuma considero o PDS um barco furado. Gostaria de conceder o aparte ao nobre Deputado Fiori Luiz.

Deputado Fiori Luiz sem querer ser mau educado, eu gostaria que fosse bem breve.

O SR. Fiori Luiz — É louvável as suas colocações dentro desta análise dos problemas econômicos. Porque entendo que é preciso que os Parlamentares iniciem uma linha de frente na defesa principalmente da nossa agricultura.

E o ardor do Deputado Deni, entendo e é justificável; mora numa região agrícola, vive e sente os problemas como a gente sente. Precisamos debater temas políticos nesta Casa claro, mas enquanto a classe política centraliza, a carga nos assuntos político-partidários, o Governo fica satisfeito, pois fazemos justamente o que ele quer, para desviar a atenção.

Temas sócio-econômicos devem ter prioridade nesta Casa, vamos alertar, dar sugestões, criticar duramente com coloração política, claro, mas com firmeza, porque a lavoura está indo para o vinagre. Desci a região do Vale do Ivaí nesse último fim de semana; os problemas são inúmeros e é preciso que se use todas as tribunas disponíveis nesse Estado para salvar nossa agricultura. Acho fundamental que iniciemos uma linha de frente entre os quatro partidos, para levantar e analisar profundamente os problemas sócio-econômicos.

O SR. LÁZARO DUMONT — Concedo o aparte ao Deputado

Jurandir Messias.

O Sr. Jurandir Messias — Deputado Lázaro Dumont, pretendo deste breve aparte, fazer alguma colocação e iniciaremos primeiro, solidário com a sua tese.

Realmente, o confisco de qualquer tipo de cereal, não só da soja, do café ou do trigo, nós também não somos favoráveis. O PDS deixou bem claro, bem evidente, através das suas palavras que, tenho certeza, representa a vontade unânime da bancada do partido situacionista nesta Casa.

Realmente, Deputado Lázaro Dumont, o que nos causa bastante espécie são os tecnocratas. Vossa Excelência se referiu aos técnicos de gabinete, de Brasília, principalmente, quando eles, os Ministros vêm nos visitar hoje, garantem que não será criado isto ou aquilo e que nos jornais de amanhã já está estampada a criação de impostos, de taxas e de confiscos.

Realmente, isto nos causa bastante estranheza, porque vem prejudicar principalmente o nosso agricultor. Vossa Excelência também se referiu numa tecla, num ponto para mim o mais crucial, o mais angustiante da classe do nosso agricultor paranaense e porque não dizer brasileiro. É o fertilizante!

Deputado Lázaro Dumont, hoje custa uma saca de fertilizante quinhentos cruzeiros! E Vossa Excelência deve ter acompanhado de perto, em visitas que faz ao interior, da luta, do sacrifício do nosso agricultor motorizado principalmente, com o custo do preço do petróleo, hoje. Temos conhecimento, Deputado, que o nosso agricultor vem encostando o seu maquinário motorizado e voltando ao tempo antigo, para os arados puxados por animais. Isto está acontecendo novamente todos os dias aqui no nosso Estado. Porque o nosso agricultor não tem condições de ir ao banco pagar esse juro absurdo que está hoje sendo cobrado para a agricultura, pagar o preço do óleo para fazer funcionar os seus veículos motorizados, agrícolas principalmente, pagar a mão-de-obra, pagar o fertilizante e, depois, ele não tem condições de voltar ao banco para saldar o seu empréstimo.

Então, ele é um eterno pendurado, é um eterno devedor ao Banco do Brasil, principalmente. É por isso que o seu pronunciamento veio de encontro aos anseios, ao pensamento da bancada do PDS.

Vossa Excelência que abraçou esta causa sempre com bastante brilhantismo, com bastante entusiasmo já dos outros mandatos, Vossa Excelência não deve parar. Mesmo porque, é uma tese que parece assim, em princípio não muito bem posta para nós, homens de Governo. Deputado, eu vou encerrar o meu pronunciamento, o meu aparte, dizendo que o Deputado Deni Schwartz no seu calor, no seu entusiasmo de defender a agricultura da sua região, e sabemos, conhecedores que somos, que é uma das regiões que mais produz no nosso Estado, é a pioneira, principalmente na produção da soja, ele se excedeu. E tenho certeza que o Deputado Deni Schwartz, nós que o conhecemos tão bem de outras legislaturas sabemos que seria incapaz de querer ofender a quem quer que seja, principalmente quando ele usou a palavra "corrupto".

Ele, tenho certeza que foi naquele momento emocional que ele se sentiu quando viu Vossa Excelência fazendo essa defesa do agricultor paranaense. Mas de qualquer maneira fica aqui deste Deputado seu colega, de sua bancada, a solidariedade por esse pronunciamento.

E queremos agora que a oposição que procurou se abraçar nesta causa, que também faça com modos, bem moderadamente, porque não é chamando o Governo de corrupto, chamando o Governo de ladrão, disso e daquilo, que vamos resolver o problema do agricultor.

É desta maneira que Vossa Excelência traz o problema na tribuna, com modos, com moderação, pedindo e sugerindo ao Governo as soluções possíveis para o problema.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa lamenta informar ao nobre Deputado, mas Vossa Excelência

tem um minuto para a conclusão do seu pronunciamento na tribuna.

O SR. LÁZARO DUMONT — Solicitaria a compreensão dos nobres Deputados que se concedessem esse minuto para que eu pudesse concluir.

Sr. Presidente, o que nós estamos requerendo é que seja encaminhado ao Sr. Ministro da Agricultura, Ministro da Fazenda e ao Diretor Geral da CACEX, que a revogação imediata e a retirada do imposto de exportação de excedentes sobre a soja.

Em dezembro de 1979, em janeiro de 1980, as condições de preço da soja foram satisfatórias. Não obstante, as cooperativas paranaenses se depararam diante de um grande obstáculo no tocante à comercialização externa: o imposto de exportação.

Este, colocando os preços abaixo do próprio custeio está acarretando danos enormes para o cooperativado.

Por outro lado, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, prevê a oscilação da soja-grão entre 210 a 239 dólares por tonelada para a safra atual. Na temporada anterior, o valor médio esteve acima de 248 dólares por tonelada.

Mais uma vez, o produtor é o grande sacrificado. Considerando além do mais, que os aumentos de fertilizantes, defensivos, chegaram a superar o índice inflacionário. Há também que considerar que os preços de maquinário superaram o esperado.

Assim sendo, caso não seja autorizada a imediata retirada do imposto de exportação incidente sobre a soja, os produtores e o País sofrerão sérios transtornos. Isto, em virtude do acúmulo de produção a ser comercializada em período muito pequeno, gerando problemas de transporte, armazenagem no porto, embarque e, o que é mais grave, os preços aviltados.

Era o que tínhamos, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Expediente firmado por diversos Senhores Deputados, constante do expediente, que se constituem em Bloco Parlamentar, filiado ao Partido Democrático Social, ora em processo de organização e registro, indicando para liderar a bancada o Sr. Erondy Silvério. — **Ao Departamento Legislativo, para os devidos fins.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO — 3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 150/79, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", de Vera Cruz do Oeste, do Município de Ceu Azul. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 151/79, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que declara de utilidade pública, a "APMI — Associação de Proteção à Maternidade e à

Infância", com sede no Distrito de Cafelândia do Oeste, Município de Cascavel - PR. Parecer favorável da C.C.J., com Substitutivo Geral, por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 156/79, de autoria do Deputado RENATO BUENO, que declara de utilidade pública a "Associação de Viajantes do Oeste do Paraná - AVOPAR", com sede e foro no Município de Cascavel. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 184/79, de autoria do Deputado LINEU TURRA, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Corbélia - APMI", com sede e foro no Município de Corbélia. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Elias Farhat. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 02/80. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança, encarecendo seja destinada uma viatura à Sub-Delegacia do Distrito de Boa Vista da Aparecida, no Município de Capitão Leônidas Marques. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de melhorias na estrada que liga Irati-Ponta Grossa, notadamente no trecho entre a localidade de Guaragi e Ponta Grossa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, no sentido da viabilidade de estudos que se fizerem necessários com vistas a elevação para Entrância Intermediária, da Comarca de Iporã. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, encarecendo medidas para sanar as irregularidades observadas no atendimento aos previdenciários do Município de Joaquim Távora. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, queiram levantar-se. — (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa).

16 Srs. Deputados aprovam; 1 Sr. Deputado rejeita. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Levanta-se a sessão.